

Juventudes na trilha da Justiça e da Paz

Novos desafios para a formação integral da Pastoral da Juventude

"Todo escriba versado no reino dos céus é semelhante a um pai de família que tira do seu depósito coisas novas e coisas velhas". (Mt 13,52)

Um tesouro precioso

Uma das heranças mais preciosas que a Pastoral da Juventude do Brasil tem guardado zelosamente durante as últimas duas décadas é, sem dúvida, a sua proposta sistemática da **formação integral** na fé dos seus membros. Com efeito, formar jovens a partir dos seus grupos de base, inseridos em suas comunidades eclesiais e na pastoral de conjunto, alimentados por uma mística encarnada na realidade e comprometidos com a transformação dessa mesma realidade a partir de valores evangélicos e éticos, só é possível a partir de um horizonte formativo multidimensional.

Foi com essa convicção e nova visão formativa que os jovens assessores reunidos no 1º Seminário Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude, realizado em Nova Iguaçu – RJ em julho de 1987, jogaram definitivamente as suas âncoras nos mares em que as juventudes católicas navegam. De lá para cá, torna-se difícil conceber jovens realmente identificados com a Pastoral da Juventude e sua metodologia sem passarem, desde a iniciação até a almejada militância, por um processo que integre, na sua formação integral, a personalização, a integração comunitária, a conscientização política, a capacitação técnica e a dimensão teológico-teológica de sua fé.

A percepção da necessidade de uma formação integral vai, obviamente, além do entendimento de uma formação realizada em dimensões fechadas e redutivas, como se elas em si mesmas, esgotassem toda a realidade da vida dos jovens. Nada seria mais trágico do que voltar aos anacrônicos esquemas de divisão da realidade a partir dos moldes “espiritual” e “temporal” (que infelizmente vez por outra volta à tona nos discursos e nas práticas de “novos” movimentos e comunidades no interior da Igreja). Disto segue-se que na base da proposta formativa da PJ encontra-se a certeza de que, sendo a realidade tecida por fenômenos complexos e sujeita a continuas transformações, torna-se indispensável uma postura de constante atenção aos sinais dos tempos ou, como diriam os próprios jovens, manter-se “ligados” nas necessidades e exigências do mundo real, do sonhado e do possível.

“Novas” pérolas

Para manter-se fiel e atualizada na bela caminhada já trilhada, sem perder o trem da história que exige atenção às realidades emergentes, a Pastoral da Juventude, em todos os seus âmbitos organizativos (do local ao diocesano até o regional e o nacional) precisa integrar, de alguma forma, “novos” conteúdos formativos no seu processo pedagógico de fé.

Nesse sentido, além de assumir as propostas realmente viáveis e pertinentes, feitas a partir da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho e na re-edição do projeto de evangelização do Setor Juventude da CNBB, urge integrar, atendendo às emergências do mundo e dos jovens de hoje, a formação para a construção de uma cultura de paz, para o reconhecimento das juventudes como sujeitos diferenciados de direitos e para o cuidado e a preservação do meio ambiente.

O carro-chefe dessa locomotiva de uma Pastoral da Juventude que quer realmente trilhar os caminhos de uma esperança comprometida é a cultura de paz, entendida como um horizonte a partir do

qual deverá inserir-se a defesa e a promoção dos direitos humanos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. A primeira, sem estes outros elementos, é uma paz bonita e confortável, mas que se dissipa facilmente como uma borbulha de sabão!

Uma proposta

Os elementos a seguir são uma proposta de referências que podem ser inseridas progressivamente pelos coordenadores e assessores da Pastoral da Juventude nos diversos programas e projetos, tanto na ação como na formação e na mística dos grupos de base.

1. A PÉROLA DA CULTURA DE PAZ

a) Paz urgente num mundo de violências e conflitos

No mundo de hoje a violência está presente, seja de forma latente ou aberta, e em modos e graus diversos em muitas dimensões da vida humana: nas relações interpessoais, entre nações e grupos; em conflitos ligados à raça (conflitos étnicos), situação social, gênero, religião, opção política; nas ruas, em escolas, nos estádios, nas periferias, no campo, etc. Diante da aparente “onipresença” da violência reage-se de formas diversas: tendência a fugir dela, a justificá-la (naturalizando-a ou banalizando-a, achando que é algo normal) ou a enfrentá-la com mais violência.

Os meios de comunicação de massa, aproveitando-se do impacto que certo tipo de violência causa na população, contribuem de forma mórbida, para aumentar nas pessoas a sensação de que a violência “endêmica” é uma espécie de “pandemia” difícil de exterminar. Paradoxalmente, terminam contribuindo para que o próprio espiral da violência se espalhe!

Em meio à “tempestade” da violência, um fato é inegável: os jovens são os mais atingidos por ela. Para comprovar isso basta acessar a infinidade de prestigiadas pesquisas realizadas em nível mundial e nacional nos últimos anos:

“Em 2000, produziram-se, em nível mundial, cerca de 199.000 homicídios de jovens (9,2 por 100.000 habitantes). Em outras palavras, uma média de 565 crianças, adolescentes e adultos jovens de 10 a 29 anos morrem a cada dia como resultado da violência interpessoal”.¹

No caso do Brasil, onde cada ano cerca de 45.000 pessoas são assassinadas, um fato é conhecido até a saciedade: “a vitimização letal se distribui de forma desigual: são sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva. O problema alcançou um ponto tão grave que já há um *déficit* de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Um *déficit* que só se verifica nas sociedades que estão em guerra”².

É sobretudo nas periferias das grandes cidades, marcadas pelo drama da desestruturação familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer onde os trágicos índices de jovens assassinados atingem os níveis mais assustadores. Algumas capitais nordestinas, infelizmente, ocupam os primeiros lugares em mortes violentas por número de habitantes.

¹ Epidemiology of violent deaths in the world. *Injury Prevention*, 2001, p. 7.

² SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil Contemporâneo. In *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* / (organizadores) Regina Novaes e Paulo Vanucchi. São Paulo: Editora Perseu Abramo (2004), p. 130.

Longe de simplificações ou reducionismos de qualquer tipo, é preciso admitir que as causas do complexo fenômeno da violência são múltiplas e conexas entre si e que a sua prevenção, portanto, também se deve dar em vários níveis interdependentes.

Face à cultura de morte e violência que ameaça prevalecer em nossas sociedades modernas torna-se mais do que urgente contrapor a ela a construção de uma cultura de paz abrangente e permanente onde todos os atores sociais sejam protagonistas, incluídos, evidentemente, os próprios jovens.

b) O movimento pela paz “glocal”

"Posto que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens onde devem erigir-se os baluartes da paz". Partindo desta constatação de que tanto a violência quanto a paz, são frutos de uma cultura e, portanto, construção humana, um movimento mundial de construção de uma cultura de paz foi tomando forma, adquirindo aos poucos um perfil bem definido graças a diversas iniciativas que tentam envolver o maior número possível de pessoas e instituições. Assim, em 1997, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz, e em 1998 declarou o período 2001-2010 a "*Década Internacional da Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo*".

O Ano Internacional da Cultura de Paz foi promulgado em 14 de setembro de 1999. Esse foi o dia de abertura da última sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas antes do ano 2000, a qual designou o 21 de setembro como o Dia Internacional da Paz. Alguns meses antes dessa Assembléia, no dia 4 de março de 1999, foi publicado, em Paris, o *Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência*.

O *Manifesto 2000* reflete um conceito muito amplo de paz baseada “no respeito pelos direitos humanos, a democracia e a tolerância, a promoção pelo desenvolvimento, a educação para a paz, a livre circulação de informação e a ampla participação das mulheres”. Os seus princípios são:

- Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;
- Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes;
- Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica;
- Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta do que ao fanatismo, a difamação e a rejeição do outro;
- Promover um comportamento de consumo que seja responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta;
- Contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade.

No embalo da Década da Paz, as Igrejas do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) realizaram duas Campanhas da Fraternidade Ecumênicas, uma no ano de 2000 e outra em 2005, que tinham como base os princípios acima descritos. Sobretudo a partir desta última campanha, que teve como lema "*Felizes os que promovem a paz*", motivados pelo seu texto-base e incentivados por alguns animadores e assessores, muitos grupos de jovens e escolas refletiram sobre quais as bases necessárias para a construção de uma cultura de paz e programaram atividades que viessem de encontro à temática proposta. Todavia,

terminada a CF-2005, a questão da paz, no melhor dos casos, virou um tema a mais para ser incluído dentro dos programas de formação e na agenda de atividades. Em muitos grupos e movimentos eclesiais, simplesmente não se voltou a tocar no assunto de forma alguma.

Contudo, a violência continua aí com suas terríveis e dolorosas conseqüências. Ao mesmo tempo nasce a urgência de uma paz integral e duradoura. O desafio, portanto, continua a ser: como fazer pousar, no local, a “pomba” da sonhada paz mundial?

c) Formação, mística e ação para a paz

Aproveitando a experiência acumulada por inúmeros educadores, animadores e organizações não governamentais em nível internacional e nacional, a Pastoral da Juventude que quiser integrar efetivamente na sua proposta formativa a “pérola” da Cultura de Paz, deverá trabalhar no seu programa formativo, de forma transversal e respeitando sempre o princípio da processualidade e do protagonismo juvenil, algumas capacidades, atitudes e conhecimentos básicos:

- Capacidades: de reflexão crítica, de cooperação, de compreensão (imaginação – sensibilidade – intuição), de asserção (comunicação respeitosa das identidades e direitos), de solução pacífica dos conflitos e de alfabetização política.

- Atitudes: de auto-estima, de respeito pelos demais (incluída a diversidade de gênero, raça, cultura, opinião política, experiência de fé, etc.), de cuidado e co-responsabilidade ambiental, de mentalidade aberta, de visão (capacidade de sonhar) e de compromisso efetivo com a justiça e participação nos espaços democráticos.

- Conhecimentos: clareza sobre variados temas como conflitos, paz, violência e guerra, armamentismo e desarmamento, justiça e direitos humanos, relações de poder entre pessoas e grupos, relações de gênero, violência racial, educação ambiental, futuros alternativos, técnicas pedagógicas (estudos de caso, sócio-dramas, artes, técnicas de comunicação, simulação, análise de valores, etc.).

Todavia, para tornar eficaz o processo pedagógico dos jovens e fortalecer as motivações para o seu engajamento na construção da paz é preciso alimentá-los com uma mística que inclua algum programa de espiritualidade e prática da não-violência ativa, o conhecimento e articulação com outras forças em nível global e local (ou “glocal”) e a familiaridade com a vida e a luta dos mais importantes construtores de paz da história contemporânea, que deverão ser sempre referência e fonte de inspiração para a prática pacifista.

Mais ainda, no processo de construção da paz, além de garantir a criação de espaços de comunicação, é preciso oferecer momentos de partilha e reflexão para construção de sínteses de saber e para a revisão das práticas realizadas.

2. A PÉROLA DOS DIREITOS DAS JUVENTUDES

A construção de uma cultura de paz passa pelo reconhecimento de que a violência assume expressões muito diversas. Algumas delas menos perceptíveis para o senso comum; mas nem por isso menos cruéis. A negação e a violação dos direitos é uma dessas formas de violência. Por causa disso, só existirá paz quando os direitos forem efetivamente respeitados e promovidos.

a) O direito a ser sujeito

As Nações Unidas entendem os jovens como indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, com a devida salvaguarda que cada país, de acordo com a sua realidade, pode estabelecer sua "faixa jovem". Quer dizer que o conceito de juventude, enquanto grupo populacional mutável, pode sofrer variações de acordo com o contexto social. Isso, não poucas vezes, tem gerado polêmica.

Todavia, essa polêmica em torno de quem se fala quando é usado o termo "jovem", é essencial para a afirmação de uma política de juventude. É legítimo, para efeito de políticas públicas para os países latino-americanos, e especialmente para o Brasil, - responsável por cerca de 50% da população jovem da região - ter como referencial a faixa etária de 15-24, já que serve como **denominador comum** dos aspectos que nos permitem apreender a idéia de juventude: ingresso no mercado de trabalho, características biológicas e traços culturais marcantes. Afigura-se como razoável, para efeitos estratégicos, aceitar excepcionalmente o grupo de 24-29 anos, desde que por curto espaço de tempo e com objetivos bem determinados.

Contudo, indo além da dimensão simplesmente biológico – etária (geracional), pela qual se tenta definir o fenômeno da "juventude", hoje se fala mais em "juventudes", quando essa faixa da população é considerada sob o prisma de identidades diferentes. Sem deixar de considerar a existência de certo denominador comum, a raça, o gênero, a classe e a pertença a um grupo social ou cultural, entre outros fatores, ajudam a configurar a existência de juventudes realmente diferenciadas.

Três de cada cinco pessoas que vivem na América Latina têm menos de 30 anos. As juventudes representam, atualmente, aproximadamente 53% (cinquenta e três por cento) da população total da América Latina e Caribe e a grande maioria são jovens que estão crescendo em uma época de grandes dificuldades sociais, econômicas e de acesso a novas tecnologias e isso certamente os afetará profundamente e de uma forma muito particular.

Nunca houve uma geração com tantas ameaças e provocações e não foram os jovens que construíram as condições nas quais estão inseridos, são sim herdeiros de condições sócio-econômicas que não lhe dão condições de acesso a uma sociedade que lhe cobra respostas diariamente. Isso, por si só, já é motivo para entendermos as juventudes como parte da construção das soluções e não como um problema a ser resolvido.

O extremo desse não-reconhecimento da subjetividade dos jovens encontra-se naquilo que alguns sociólogos, antropólogos e psicólogos classificam como "invisibilidade social" ou pública, que atinge particularmente as camadas juvenis mais pobres e marginalizadas: "uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma que decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Quando isto é feito, a pessoa é anulada (...), o estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos (...). Estigmatizar alguém é uma *violência simbólica* tão grande que é como estar acusando essa pessoa de existir, simplesmente porque não se encaixa na 'normalidade'".³ As vítimas principais dessa invisibilidade que produz estigmas são os jovens "marginais", "drogados", "vagabundos" e "violentos".

"Visíveis" quando inseridos no mercado de consumo ou quando associados à violência chocante e "invisíveis" quando reclamam direitos, os jovens têm que conformar-se com cobranças, medidas punitivas ou, no melhor dos casos, políticas paliativas que não respondem, em absoluto, às suas múltiplas carências.

b) Cadê os direitos das juventudes?

³http://www.enapet.ufsc.br/anais/IN_VISIBILIDADE_SOCIAL_O_JOGO_DRAMATICO_ENTRE_VISIBILIDADE_E_INVISIBILIDADE_DOS_ATAORES_SOCIAIS.pdf, p. 3.

É sobretudo nas periferias das grandes cidades, marcadas pelo drama da desestruturação familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer onde os índices de jovens assassinados atingem os níveis mais assustadores. Algumas capitais nordestinas, infelizmente, ocupam os primeiros lugares em mortes violentas por número de habitantes.

Mas em geral, tanto no interior quanto nas cidades, a negação dos direitos sociais, econômicos e culturais dos jovens é uma constante. Mesmo **no plano mais formal, liberal, de direitos humanos específicos**, de investimento em identidades em si, de políticas focalizadas em alguns segmentos, **um dos grupos mais a descoberto** é o referenciado à identidade de geração, como o caso dos **jovens**.

Como é sabido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), que visa a proteção das pessoas desde a sua gestação até os 16/18 anos, tem se mostrado eficaz instrumento jurídico na efetivação de políticas públicas para esse segmento populacional. Mas se levarmos em consideração a(s) juventude(s) desde a perspectiva geracional, pensando na urgência de políticas públicas para a faixa populacional que vai dos 15 aos 24/29 anos, onde podemos encontrar as bases jurídicas para a cobrança e efetivação dos seus direitos? Simplesmente não existem!

Não é paradoxal que, enquanto a discussão sobre políticas públicas para a juventude ganha cada vez mais espaço na sociedade a definição dos seus direitos e a luta pela sua garantia jurídica marcha com passos mais lentos?

No contexto iberoamericano, no dia 11 de outubro de 2005, em Badajoz (Espanha), durante a Convenção Ibero-americana dos Direitos da Juventude, 13 países latino-americanos, mais a Espanha e Portugal, assinaram um documento comprometendo-se a promover a ratificação do acordo e a avançar na formulação de instrumentos específicos no âmbito dos direitos humanos, especificamente dos jovens. A convenção, desde então, ficou aberta para a adoção e ratificação de outros países.

A Argentina encontrava-se lá como observadora. O Brasil não participou do encontro. Nos três primeiros artigos, a Convenção de Badajoz considera como referência a dimensão geracional (15-24 anos) para designar os “jovens”, reconhece o direito de todos os jovens de usufruir e apreciar todos os direitos humanos, compromete os participantes na criação de políticas e programas que incentivem e mantenham, de forma permanente, a contribuição e o compromisso dos jovens para com uma cultura de paz e respeito pelos direitos humanos, reconhece o direito à paz e determina uma lista de direitos civis e políticos e DhESC⁴ dos jovens.⁵

c) Conscientização política e participação

No Plano Trienal de 2002-2004 da Pastoral da Juventude do Brasil, as políticas públicas receberam uma atenção particular. Isso motivou discussões em todo o país tendo como tema as Políticas Públicas para a Juventude. Em 2003, tiveram lugar vários congressos e encontros sobre este tema a nível nacional, com inúmeros representantes da Pastoral da Juventude: I Semana Nacional sobre Políticas Públicas para Juventude, I Fórum da Cidade de São Paulo sobre Juventude, III Encontro Nacional do Movimento Fé e Política, entre outros.

O enfoque sobre as políticas públicas e o seu lógico desdobramento na questão dos direitos também foi reforçado nas chamadas “atividades permanentes” da PJ dos últimos anos: foi assim no DNJ de 2001 (Paz, dom de Deus, direito da juventude); de 2002 (A vida se tece de sonhos); de 2003 (Lancemos as redes em águas mais profundas); de 2004 (A gente quer valer nosso suor... a gente quer do bom e do

⁴ Direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.

⁵ Cfr.: http://www.oij.org/pdf/Acta_DEFINITIVA-Portugues_Badajoz2005.pdf

melhor); de 2005 (Juventude, vamos lutar! Chegou a hora do nosso sonho realizar); e de 2006 (Juventude que ousa sonhar constrói um Brasil popular).

De modo particular, a Semana da Cidadania de 2006 focalizou o tema da “Redução da Maioridade Penal” sob o lema “Quero vida, quero liberdade”. Naquele ano, convidava-se a todos organizadores do evento a colaborarem na elaboração da “Declaração das Pastorais da Juventude do Brasil” sobre os direitos dos/das jovens.

E o ano de 2007, embora dedicado às questões ambientais (para estar em sintonia com a Campanha da Fraternidade sobre a Amazônia) o lema da Semana da Cidadania rezava: “Espaço de vida. Tempo de direitos!”.

Diante dessa insistência no tema, poderia esperar-se um acréscimo na consciência a respeito das políticas públicas e dos direitos das juventudes. Contudo, dá a sensação de que o assunto é difícil de ser digerido. Por isso mesmo é necessário continuar “mastigando” as propostas. O desafio maior, ao parecer, é ter uma maior clareza com relação ao que se quer e ao que realmente é possível alcançar. Portanto, num esforço de coerência, a Pastoral da Juventude precisa incluir essa temática, de forma permanente, no seu processo formativo, como uma forma atual (embora pouco gratificante em curto prazo) de atender à necessidade da “conscientização política”.

Cabe então recordar alguns princípios básicos que dizem respeito às Políticas de Juventude efetivamente *públicas*.

Lembremos: uma **Política de Juventude** constitui um conjunto coerente de intenções do Estado para que, em parceria com a sociedade civil, sejam estabelecidos objetivos, diretrizes e estratégias destinados a fomentar e coordenar as atividades em favor da juventude, de modo que façam parte de uma dinâmica de desenvolvimento.

Os temas centrais de uma política de juventude devem ser aqueles que compõem a própria agenda de desenvolvimento do país, notadamente: meio ambiente, saúde, educação, cultura, justiça, trabalho, esporte, turismo e lazer. Mais ainda, uma Política de Juventude deve ter como eixo norteador o estímulo à capacidade do jovem em lidar com seus problemas, fornecendo mecanismos para que ele se afirme socialmente e tenha pontos de referência. Deve estabelecer **valores e princípios** que comprometam os jovens com as outras gerações, pois, somente desta forma, a juventude responderá positivamente às expectativas sociais a seu respeito, sendo uma efetiva protagonista social no pacto de desenvolvimento humano.

Como afirma Mary Garcia Castro, “não se encontram políticas públicas para juventudes no atacado, predominando programas e ações no varejo, ou seja, existem no Brasil programas isolados, políticas setoriais de ação local no âmbito do Estado, mas que não contemplam a diversidade dos beneficiários em termos de geração e não possuem uma orientação universalista”. Com efeito, “são muitos os complicadores para a elaboração de políticas públicas que sejam a um tempo: I) **políticas de juventudes**, ou seja, que considerem tanto o que há de único na geração jovem e sua diversidade como contemplem reivindicações de distintos movimentos sociais de jovens. Para tanto há que conceber os jovens como atores com identidade própria, não como em fase de transição, não como quase adultos ou ex-crianças, ou como adolescentes...; II) **políticas para juventude**, ou de responsabilidade do Estado, inclusive considerando que essa é uma geração com menor poder de competição em uma sociedade orientada pelo mercado, pois em princípio tempo de ser jovem é tempo de estudar, criar, buscar, divertir-se, exercitar-se e investir em formação de autonomia e capital crítico-social; e III) **políticas com juventudes**, o que pede que

se operacionalize **participação**, por empoderamento, recursos para os jovens poderem participar inclusive da arena de acompanhamento e formulação de políticas”.⁶

Do anterior desprende-se que o conhecimento, acompanhamento crítico e engajamento competente (o que exige, evidentemente, capacitação técnica) nos diferentes espaços democráticos abertos à sociedade civil (conselhos paritários, tutelares e de direitos) são formas indispensáveis para a formação política dos jovens a partir da ação!

3. A PÉROLA DO CUIDADO AMBIENTAL

Na emergência de novos direitos, face à aguda problemática que a sociedade mundial experimenta, destaca-se a questão ambiental, que aos poucos vai configurando-se, efetivamente, como “direito verde” ou conjunto de direitos ambientais. A Constituição Cidadã de 1988, no seu art. 225, Cap. VI é contundente a esse respeito: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Na linha da consolidação dos direitos ambientais, a UNESCO lançou oficialmente, no dia 01 de março de 2005, a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. O principal objetivo da Década é encorajar os governos dos países membros da ONU a integrar o conceito de desenvolvimento sustentável às políticas educacionais e aos processos de aprendizagem. No Brasil, o lançamento da Década aconteceu durante o Congresso Ibero-americano sobre Desenvolvimento Sustentável 2005, que se realizou no Rio de Janeiro (RJ) nos dias 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2005.

Ao instituir a preocupação com o desenvolvimento sustentável, a Década almeja melhorar a qualidade do ensino, facilitar a troca de experiências entre os diversos atores envolvidos e aumentar a atenção pública ao assunto. A definição de educação para o desenvolvimento sustentável ultrapassa a questão ambiental (como água, mudanças climáticas, biodiversidade, etc.) e agrega estes conceitos a aspectos econômicos para o desenvolvimento (luta contra a pobreza, transformações sociais, eco-turismo etc.) e a valores sócio-culturais, tais como igualdade de gênero e promoção da diversidade cultural.

Conseqüentemente, ao integrar o cuidado ambiental no conceito de paz, esta não será mais somente “branca”, mas também “verde”! Porém, mesmo existindo inúmera legislação ambiental em nível internacional e nacional, a grande questão, pelo menos em nosso país, continua a ser: “como tirar os direitos do papel?”.

a) Sensibilidade “verde” mais aguçada

Apesar das dificuldades de efetivação de uma Educação Ambiental reconhecida como indispensável em todos os níveis, paradoxalmente, a situação ambiental caótica que todos estamos experimentando na própria pele e em nível planetário vem contribuindo para acelerar o processo de sensibilização e conscientização em torno ao cuidado do meio ambiente. Hoje, mais do que nunca, proliferam movimentos e organizações não-governamentais dedicadas exclusivamente à proteção e à defesa do meio ambiente.

⁶ GARCIA, Castro Mary. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas. In *Juventude e Sociedade*, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 292

Só recentemente a Igreja Católica começou a “despertar” (embora tangencialmente, mais motivada por questões pastorais relativas à Amazônia) diante de um horizonte que promete ser cada vez mais “aquecido” e ambientalmente desequilibrado. Por sua vez, a Pastoral da Juventude, é justo reconhecer, já tinha colocado o acento na questão, sobretudo com a celebração do DNJ de 2000, que tinha como lema “Jubileu da Terra, um sopro de vida” e com a Semana da Cidadania de 2001 – “Vida que te quero viva!”.

Mas foi também neste ano de 2007 que a PJ se dedicou por inteiro a refletir sobre a problemática ambiental a partir da Semana da Cidadania, que teve como tema “Cidadania e Meio Ambiente” e do DNJ que focalizará as “Questões ambientais e o projeto popular”...

Certamente este é um tempo propício para ajudar os jovens a fundamentarem a sua sensibilidade ecológica e a assumirem um compromisso permanente com o cuidado ambiental. Aliás, a inserção em movimentos ambientais é também uma forma muito atual e “diferente” de conscientização e engajamento político.

Partindo dessa perspectiva, efetivamente, assistimos à emergência do chamado sujeito ecológico. Esse sujeito, “concebido enquanto um tipo ideal, traduz uma subjetividade ambientalmente orientada, capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural, tributário de um ideal de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável (...). O sujeito ecológico demarca um campo de ideais disponíveis para a formação identitária do jovem que ingressa na esfera pública e que partilha, em algum nível, um projeto político emancipatório. A idéia de mudanças radicais cultivada pelo ideário ecológico abarca não apenas uma nova sociedade, mas também um novo sujeito, que se vê como parte dessa mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo os estilos de vida pessoal”⁷.

b) Matizes no aprendizado do cuidado

Com o passar dos anos, desde o surgimento dos movimentos ambientalistas na década dos 70 e a realização de diversas Conferências Mundiais (Estocolmo, Tbilisi, Rio), o conceito de Educação Ambiental foi sofrendo evoluções. Na prática, ela segue caminhos diversificados. E isso incide também no tipo de engajamento juvenil e na identidade do chamado “sujeito ecológico”, como afirma CARVALHO (2004): “São diversos os caminhos pelos quais os jovens podem se aproximar dos valores ecológicos, identificando-se em diferentes níveis com os ideais do sujeito ecológico, uma vez que não se trata de uma identidade totalizante. Esse acercamento dos ideais ecológicos pode assumir de modo não-excludente as formas de adesão a uma luta, a uma ação, a um modo de vida ou a um interesse intelectual. Dessa forma, nomear-se ecologista ou, ao menos, ecologicamente sensibilizado/simpatizante pode ganhar os sentidos de adesão a um ideário de ação militante; pode ser uma opção de engajamento grupal pontual e distintiva; ou ainda signo descrito de um interesse ambiental que pode combinar em diferentes gradações a sensibilidade política com a escolha da formação profissional/intelectual”.⁸

Por outro lado, é preciso reconhecer que os programas de Educação Ambiental podem seguir roteiros diferentes, dependendo do acento que eles derem a determinadas ações, situações e metodologias: “Sauvé et al. (2000,) classificam as representações ambientais em sete categorias: como natureza, como recurso, como problema, como sistema, como meio de vida, como biosfera e como projeto de vida. A síntese de cada percepção (Tabela I) não busca um sistema fechado de representações nem pretende se inserir na posição cartesiana de agrupar as representações sociais em pacotes fechados e sem

⁷ CARVALHO, Isabel Cristina. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In NOVAES (2004), pp. 71-72.

⁸ Ibid, p. 71.

diálogo entre si, apenas oferece uma síntese crítica que possa contribuir com o debate sobre as representações do ambiente (Sato, 2001).

- Como natureza: com elementos bucólicos de cachoeiras, matas, pássaros ou entardecer. São paisagens herdadas dos pensadores da Modernidade, que viam na natureza uma dádiva para se encontrar com a paz, onde a estética da natureza prevalece sobre a ética humana.

- Como recurso: com exemplos típicos de hidrelétricas, fontes de energia ou outros exemplos de potencial económico que possibilitam melhor "gestão" para o desenvolvimento humano.

- Como problema: que apela às queimadas, buraco da camada de ozônio, desflorestamento, chuva ácida ou problemas com o lixo. São maneiras de chamar atenção à resolução dos problemas ambientais da nossa era.

- Como sistema: representados pelos mapas, fotografias aéreas ou ecossistemas, em que se acredita que o pensamento sistémico poderá auxiliar na manutenção da Terra, principalmente através de simulações, tecnologias limpas ou outros recursos de informática.

- Como meio de vida: caracterizados pela casa e seu entorno, a escola e seu espaço ou qualquer local para se habitar, morar e cuidar, revendo os sistemas de vida e os modelos de desenvolvimento.

- Como biosfera: a fotografia azul da Terra é a sua marca registrada, herança da teoria Gaia, trazendo elementos antigos misturados com novos. Clamam pela valorização das comunidades indígenas, da essência da vida e da própria Terra.

- Como projeto de vida: são representações que trazem a interdependência da sociedade com a dimensão ambiental. Sublinham a ética humana para o cuidado com a natureza, envolvendo a participação como estratégia de ambientalismo, de identidade ecológica e dos compromissos com o diálogo entre a cultura e a natureza.

É importante ressaltar que a categorização aqui apresentada não está concluída é que uma ação ou pensamento pode estar conectado com o outro. Igualmente, não existe "certo" ou "errado". São apenas concepções sobre o mundo, as quais podem manter diálogos ou buscar interface, e uma pessoa pode utilizar uma técnica ou outra, através da ação e da reflexão. Ou, como consideram Caride & Meira (2001), "são momentos, inclusive, para rever nossas representações"⁹.

Seja qual for a trilha (ou tipo) de Educação Ambiental que os grupos de Pastoral da Juventude quiserem seguir, eles não poderão deixar de considerar as recomendações da Agenda 21 e orientar-se pelos princípios da Carta da Terra: o respeito e a manutenção de todas as formas de vida, a integridade ecológica, a justiça social e econômica, a paz, a democracia e a não-violência.

c) Pauta e currículo sócio-ambiental

Além das práticas localizadas e do apoio ou engajamento em movimentos de cunho nacional e global, os jovens da Pastoral da Juventude, se quiserem integrar adequadamente a dimensão da Educação Ambiental no seu processo formativo, deverão, de alguma forma, adquirir um mínimo de conhecimento, de

⁹ SATO, Michele. *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima Editora (2004), pp. 11-12.

habilidade e de sensibilidade¹⁰ complementando, numa perspectiva libertadora, reflexão e práxis em torno à totalidade da questão ambiental nos seus aspectos biofísicos e sociais.

Nesse sentido, a proposta de conteúdos de reflexão da Semana da Cidadania – 2007 (“Cidadania e Meio Ambiente”) tenta responder, de uma forma abrangente, a essa necessidade. Essa pode continuar sendo uma pauta formativa válida, fazendo as devidas adaptações e complementações, conforme a realidade de cada grupo e as novas descobertas das ciências:

* Conceitos e referências: distinção entre ecologia e meio ambiente, desenvolvimento sustentável, paradigma do cuidado, teoria Gaia, conferências ambientais, Agenda 21 e Carta da Terra.

* Contextualização: meio ambiente e relações de gênero, visão crítica do conceito de desenvolvimento e do modelo desenvolvimentista implantado no Brasil.

* Grandes questões ambientais: aquecimento global, escassez e poluição dos recursos hídricos, enchentes, poluição do ar, deserto verde, desmatamento e incêndios florestais, problemas dos biomas brasileiros, biodiversidade e biopirataria.

* Conflitos sócio-ambientais: grilagem de terras, agronegócio, sojicultura, eucalipto e bio-combustíveis, conflitos agrários, extração predatória de madeira, siderúrgicas e produção ilegal de carvão, terras públicas e mineração, Base de Alcântara e impactos sócio-ambientais de grandes obras de infraestrutura.

O prazer de aprender

Fica claro que, para poder incluir de maneira pertinente estas dimensões na proposta formativa da Pastoral da Juventude será preciso manter-se sempre “atenados” com a evolução que essas questões irão sofrer no percurso dos anos. Consciência crítica e criatividade no uso de metodologias e meios para efetivar as propostas serão ferramentas indispensáveis do caminho a percorrer!

Resta dizer que a atitude fundamental que deverá pautar as opções a serem feitas e os projetos e programas a serem desenvolvidos e encaminhados deverá ser, sem dúvida alguma, o desejo de aprender. Só quem deseja sonha. E quem vai atrás dos sonhos precisa aprender. Aprender requer muita energia. Mas em compensação, é muito prazeroso. Ora, sonhos e energias, além de criatividade, nunca faltaram às nossas juventudes! Que o diga a caminhada de sonhos e compromissos feita, ao longo de décadas de existência da Pastoral da Juventude do Brasil!

¹⁰ Às vezes, para designar a sensibilidade ambiental, usa-se muito o conceito paradigmático do “cuidado”.